

# **CGD Investimentos Corretora de Valores e Câmbio S.A.**

Demonstrações Financeiras  
Referentes ao Semestre e Exercício Findos  
em 31 de Dezembro de 2016 e  
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

**CGD INVESTIMENTOS CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO S.A.**

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

**31 de dezembro de 2016**

Apresentamos as demonstrações financeiras da CGD Investimentos Corretora de Valores e Câmbio S.A., acompanhadas das Notas Explicativas, elaboradas na forma das normas e instruções do Banco Central do Brasil, e com observância das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Em atenção ao disposto no artigo 8º da Circular nº 3.068/01 do BACEN, a CGD Investimentos declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria “Títulos mantidos até o vencimento”.

O componente organizacional de Ouvidoria encontra-se em funcionamento e a sua estrutura atende às disposições estabelecidas pela Resolução CMN 4.433/15.

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da  
CGD Investimentos Corretora de Valores e Câmbio S.A.

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da CGD Investimentos Corretora de Valores e Câmbio S.A. ("Corretora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, assim como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CGD Investimentos Corretora de Valores e Câmbio S.A., em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Corretora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Ênfase**

Conforme mencionado na nota explicativa nº1, em 29 de novembro de 2016, a Corretora assinou Contrato de Compra e Venda de Valores Mobiliários e outras Avenças junto à XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Compradora"), celebrando a venda de sua participação econômica na FLAFLU Participações S.A. Na presente data, a conclusão dessa transação depende da aprovação do Banco Central do Brasil. Nossa opinião não contém ressalva em função desse assunto.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A Administração da Corretora é responsável por essas outras informações, que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte [www.deloitte.com/about](http://www.deloitte.com/about) para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 225.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## **Responsabilidade da Administração pelas demonstrações financeiras**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Corretora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Corretora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Corretora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Corretora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Corretora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de março de 2017



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
CRC nº 2 SP 011609 /O-8



Vanderlei Minoru Yamashita  
Contador  
CRC nº 1 SP 201506/O-5

**CGD INVESTIMENTOS CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO S.A.**

**BALANÇOS PATRIMONIAIS**  
**Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015**  
**(Em milhares de reais)**

	Nota	2016	2015		Nota	2016	2015
<b>ATIVO</b>				<b>PASSIVO</b>			
<b>Circulante</b>		<b>25.573</b>	<b>10.816</b>	<b>Circulante</b>		<b>74.259</b>	<b>27.580</b>
Disponibilidades	4	211	342	<b>Obrigações por empréstimos</b>		<b>50.610</b>	<b>23.626</b>
<b>Aplicações interfinanceiras de liquidez</b>		<b>1.199</b>	<b>3.892</b>	Empréstimos no Exterior	13	50.610	23.626
Aplicações em depósitos interfinanceiros	4 e 5	1.199	3.892	<b>Instrumentos financeiros derivativos</b>		<b>531</b>	<b>-</b>
<b>Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos</b>		<b>2.876</b>	<b>5.305</b>	Instrumentos financeiros derivativos	7a	531	-
Carteira própria	6	2.870	-	<b>Outras obrigações</b>		<b>23.118</b>	<b>3.954</b>
Vinculados a prestação de garantias	6	-	4.798	Fiscais e previdenciárias	14	175	1.327
Instrumentos financeiros derivativos	7a	6	507	Negociação e intermediação de valores	15	1.995	1.817
<b>Outros créditos</b>		<b>21.174</b>	<b>1.168</b>	Diversas	16	20.948	810
Negociação e intermediação de valores	8	388	388				
Diversos	9	20.786	780	<b>Exigível a longo prazo</b>		<b>20.895</b>	<b>19.450</b>
<b>Outros valores e bens</b>		<b>113</b>	<b>109</b>	<b>Outras obrigações</b>		<b>20.895</b>	<b>19.450</b>
Despesas antecipadas	10	113	109	Fiscais e previdenciárias	14	20.119	18.530
<b>Realizável a longo prazo</b>		<b>70.946</b>	<b>36.017</b>	Diversas	16	776	920
<b>Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos</b>		<b>17.044</b>	<b>8.722</b>				
Carteira própria	6	17.044	8.722	<b>Patrimônio líquido</b>		<b>3.598</b>	<b>2.655</b>
<b>Outros créditos</b>		<b>53.902</b>	<b>27.295</b>	<b>Capital social:</b>	19	<b>104.338</b>	<b>104.338</b>
Diversos	9	53.902	27.295	De domiciliados no País		52.169	52.169
<b>Permanente</b>		<b>2.233</b>	<b>2.852</b>	De domiciliados no Exterior		52.169	52.169
<b>Investimentos</b>		<b>1</b>	<b>1</b>	<b>Prejuízos acumulados</b>		<b>(100.740)</b>	<b>(101.683)</b>
Outros investimentos		1	1				
<b>Imobilizado de uso</b>	11	<b>-</b>	<b>33</b>	<b>Total do Passivo</b>		<b>98.752</b>	<b>49.685</b>
Outras imobilizações de uso		865	4.377				
(-) Depreciação acumulada		(865)	(4.344)				
<b>Intangível</b>	12	<b>2.232</b>	<b>2.818</b>				
Outros ativos intangíveis		5.176	8.788				
Ágio da incorporação		81.974	81.974				
(-) Amortização acumulada		(37.786)	(32.365)				
(-) Provisão para realização		(47.132)	(55.579)				
<b>Total do Ativo</b>		<b>98.752</b>	<b>49.685</b>				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## CGD INVESTIMENTOS CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO S.A.

### DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 e Semestre findo em 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de reais)

	Notas	2016		2015
		2º Semestre	Exercício	Exercício
<b>Receitas da intermediação financeira</b>		<b>3.843</b>	<b>6.131</b>	<b>5.696</b>
Rendas de operações de crédito		-	-	2
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	22	7.015	10.964	5.981
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7e	(3.172)	(4.833)	(287)
<b>Despesas da intermediação financeira</b>		<b>(612)</b>	<b>(881)</b>	<b>(1.521)</b>
Resultado de Operações de Câmbio	13	(612)	(881)	(1.521)
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>		<b>3.231</b>	<b>5.250</b>	<b>4.175</b>
<b>Outras receitas (despesas) operacionais</b>		<b>(3.202)</b>	<b>(4.323)</b>	<b>(14.935)</b>
Receitas de prestação de serviços	23	1	2	558
Despesas de pessoal		(449)	(1.232)	(6.519)
Outras despesas administrativas	24	(6.313)	(12.289)	(18.140)
Despesas tributárias	25	(328)	(636)	(394)
Outras receitas operacionais	26	5.528	12.312	14.894
Outras despesas operacionais	27	(1.641)	(2.480)	(5.335)
<b>Resultado operacional</b>		<b>29</b>	<b>927</b>	<b>(10.760)</b>
<b>Resultado não operacional</b>		<b>8</b>	<b>17</b>	<b>(949)</b>
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações</b>		<b>37</b>	<b>943</b>	<b>(11.709)</b>
<b>Lucro/(Prejuízo) do semestre / exercício</b>		<b>37</b>	<b>943</b>	<b>(11.709)</b>
Quantidade de ações do capital social - lote de mil		<b>27.977</b>	<b>27.977</b>	<b>27.977</b>
<b>Lucro/(Prejuízo) por lote de mil ações - em R\$</b>		<b>0,00</b>	<b>0,03</b>	<b>(0,42)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**CGD INVESTIMENTOS CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO S.A.**  
**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 e**  
**Semestre findo em 31 de dezembro de 2016**  
**(Em milhares de reais)**

	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>104.338</b>	<b>(89.974)</b>	<b>14.364</b>
Prejuízo do exercício	-	(11.709)	(11.709)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	<b><u>104.338</u></b>	<b><u>(101.683)</u></b>	<b><u>2.655</u></b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>104.338</b>	<b>(101.683)</b>	<b>2.655</b>
Lucro líquido do exercício	-	943	943
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b><u>104.338</u></b>	<b><u>(100.740)</u></b>	<b><u>3.598</u></b>
<b>Saldos em 30 de junho de 2016</b>	<b>104.338</b>	<b>(100.777)</b>	<b>3.561</b>
Lucro líquido do semestre	-	37	37
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b><u>104.338</u></b>	<b><u>(100.740)</u></b>	<b><u>3.598</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**CGD INVESTIMENTOS CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO S.A.**  
**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 e

Semestre findo em 31 de dezembro de 2016

*(Em milhares de Reais)*

	2016		2015
	2º Semestre	Exercício	Exercício
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
<b>Lucro (Prejuízo) do semestre/exercícios</b>	<b>37</b>	<b>943</b>	<b>(11.709)</b>
Ajustes ao lucro (prejuízo):			
Depreciação e amortização	4.526	9.073	1.737
Provisão para impairment do ativo	-	0	116
Reversão de provisão de ágio	(4.223)	(8.447)	-
Provisões para riscos	902	1.668	1.799
(Reversões) Provisões para outras despesas operacionais	-	0	(323)
Despesa de juros e de variação cambial sobre empréstimos no exterior	548	(4.485)	22.477
Baixa de ativo permanente	-	0	1.327
<b>Total dos ajustes</b>	<b>1.753</b>	<b>(2.191)</b>	<b>27.133</b>
<b>Lucro (Prejuízo) ajustado</b>	<b>1.790</b>	<b>(1.248)</b>	<b>15.424</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
(Aumento)/Redução em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	(106)	(5.362)	17.318
Redução em operações de crédito	-	-	5
(Aumento)/Redução em outros créditos	(45.462)	(46.613)	19.041
(Aumento)/Redução em outros valores e bens	(33)	(4)	983
Aumento/(Redução) em outras obrigações	20.092	18.941	(25.451)
<b>Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais</b>	<b>(23.719)</b>	<b>(34.286)</b>	<b>27.320</b>
Aplicação de ativo imobilizado	(34)	(7)	-
Aplicação no intangível	-	-	(17)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>	<b>(34)</b>	<b>(7)</b>	<b>(17)</b>
Aumento (redução) em obrigações por empréstimos no exterior	304	31.469	(52.808)
<b>Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamento</b>	<b>304</b>	<b>31.469</b>	<b>(52.508)</b>
<b>Diminuição de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(23.449)</b>	<b>(2.824)</b>	<b>(25.205)</b>
No início dos semestre/exercícios	24.859	4.234	29.439
No fim dos semestre/exercícios	1.410	1.410	4.234

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015  
(Em milhares de reais)**

**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A CGD Investimentos Corretora de Valores e Câmbio S.A. (“Corretora”) faz parte do Conglomerado CGD (Grupo Caixa Geral de Depósitos) e sua atividade iniciou em 01 de setembro de 2005.

Em 07 de maio de 2014, foi aprovado pelos conselheiros da Companhia o acordo operacional entre a Corretora e a “Rico” Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.. O objetivo foi a integração do DirectaInvest e da Rico.com.vc, plataforma de investimentos da Rico Corretora. Essa operação insere-se no processo de aquisição de uma participação de 51% pela Corretora no capital social da FLAFLU Participações S.A. Como parte do processo de aquisição, a Corretora adquiriu debêntures conversíveis, emitidas pela FLAFLU Participações S.A., controladora da Rico Corretora, no valor de R\$ 6.438. O referido processo de aquisição se encontra em fase de aprovação no Banco Central do Brasil - BACEN.

No ano de 2015, a atividade institucional foi definitivamente encerrada e, as operações da CGD ficaram reduzidas ao mínimo regulatório, tendo sido integradas na estrutura do Banco Caixa Geral – Brasil S.A.

No dia 29 de novembro de 2016, a Corretora assinou Contrato de Compra e Venda de Valores Mobiliários e outras Avenças (“Contrato”) junto à XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“Compradora”), celebrando a venda de sua participação econômica na FLAFLU Participações S.A., representada por debêntures conversíveis, conforme mencionado acima. Adicionalmente, é condição irrevogável para conclusão da transação a aprovação pelo Banco Central do Brasil e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE. Atualmente, a transação ainda encontra-se sob análise do Banco Central do Brasil.

Em 31 de dezembro de 2016, a Corretora possuía empréstimo de curto prazo, com empresa sediada no exterior pertencente ao Grupo CGD, superior a sua disponibilidade no montante total de R\$ 50.610, com vencimentos em 01 de março e 28 de março de 2017 e em 26 de junho de 2017. A Administração tem conduzido suas operações para manter o patrimônio líquido da Corretora enquadrado, conforme as regras vigentes expedidas pelo Conselho Monetário Nacional, bem como para a manutenção da liquidez da Corretora.

**2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras são de responsabilidade da Administração e são elaboradas com observância das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015 estão sendo reapresentadas com o propósito de demonstrarem o registro dos ágios e de suas respectivas provisões decorrentes do processo de incorporação integral, ocorrida em 31 de outubro de 2012, da CGD Participações em Instituições Financeiras Ltda. (“CGD Pinf”) pela Corretora, cujo objetivo foi simplificar a estrutura societária do Grupo.

Os ágios e suas provisões registrados no balanço da CGD Pinf no momento da incorporação apresentavam a seguinte composição em 31 de outubro de 2012:

	2012		
	<u>Custo</u>	<u>provisão</u>	<u>Valor líquido</u>
Ágio de sistemas/software	700	(700)	-
Ágio de licença	1.800	(1.800)	-
Ágio de carteira de clientes	28.000	(28.000)	-
Ágio de rentabilidade futura	79.474	(79.474)	-
<b>Total</b>	<b>109.974</b>	<b>(109.974)</b>	<b>-</b>

O ágio da carteira de clientes e sua provisão foram baixados no exercício de 2014, no momento da celebração do acordo operacional, quando ocorreu a transferência dos clientes da Corretora para a Rico.

Dessa forma, em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, os saldos dos referidos ágios e suas respectivas provisões e amortizações estão assim demonstrados:

	2016				2015			
	<u>Custo</u>	<u>Provisão</u>	<u>Amortização</u>	<u>Valor líquido</u>	<u>Custo</u>	<u>Provisão</u>	<u>Amortização</u>	<u>Valor líquido</u>
Ágio sistemas/software	700	(117)	(583)	-	700	(257)	(443)	-
Ágio licença	1.800	(300)	(1.500)	-	1.800	(660)	(1.140)	-
Ágio rentabilidade futura	79.474	(46.360)	(33.114)	-	79.474	(54.307)	(25.167)	-
<b>Total</b>	<b>81.974</b>	<b>(46.777)</b>	<b>(35.197)</b>	<b>-</b>	<b>81.974</b>	<b>(55.224)</b>	<b>(26.750)</b>	<b>-</b>

O total de ativos, o patrimônio líquido e o resultado da Corretora para o exercício de 2015, ou para quaisquer outros períodos, após a reapresentação dos ágios e de suas respectivas provisões e amortizações, não foram alterados, permanecendo R\$49.685, R\$2.655 e (R\$11.709), respectivamente.

Consequentemente, nas Demonstrações do Resultado para o exercício findo em dezembro de 2015, foram reconhecidos, para efeitos de reapresentação, uma receita de R\$8.447, registrada na rubrica “Outras receitas operacionais”, apresentado na nota explicativa nº 26, referente à reversão de provisão de ágios, e uma despesa de mesmo montante, registrada na rubrica “Outras despesas administrativas”, referente à amortização de ágios.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, embora nem todos tenham sido homologados pelo BACEN. Desta forma, a Corretora, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN:

- a) CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08;
- b) CPC 03 (R2) - Demonstrações dos fluxos de caixa - homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08;
- c) CPC 05 (R1) - Divulgação de partes relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09;
- d) CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações - homologado pela Resolução CMN nº 3.939/11;
- e) CPC 23 - Registro contábil e evidenciação de políticas contábeis, mudança de estimativa e retificações de erros - homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11;
- f) CPC 24 - Divulgação de eventos subsequentes ao período a que se referem as demonstrações contábeis – homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11;
- g) CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09 e
- h) CPC 00 (R1) - Pronunciamento Conceitual Básico (R1) - homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12;
- i) CPC 33 – Benefícios a empregados - homologado pela Resolução CMN nº 4.424/15.

Em 2016, o Conselho Monetário Nacional emitiu as Resoluções nº 4.524, nº 4.534/2016 e nº 4.535/2016, que estabelecem procedimentos adotados a partir de 1º de janeiro de 2017, de forma prospectiva, relativos aos efeitos previstos, respectivamente, no CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis, no CPC 04 (R1) - Ativo Intangível e no CPC 27 - Ativo Imobilizado. Não é possível estimar quando o BACEN aprovará os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC, nem se a adoção dos mesmos será feita de maneira prospectiva ou retrospectiva.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 29 de março de 2017.

### **3. PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS**

Apresentamos a seguir o resumo das principais práticas contábeis:

#### **a) Apuração do resultado**

As receitas e despesas são contabilizadas pelo regime de competência, incluindo os efeitos das variações monetárias e cambiais computados sobre os ativos e passivos indexados.

**b) Caixa e equivalentes de caixa**

O caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações interfinanceiras de liquidez, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a noventa dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Corretora para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

**c) Aplicações interfinanceiras de liquidez e demais operações ativas e passivas**

As operações com cláusula de atualização monetária ou cambial e as operações com encargos prefixados estão registradas a valor presente e calculadas “pró-rata” dia com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados.

**d) Títulos e valores mobiliários**

De acordo com a Circular n.º 3.068/01, do BACEN, os títulos e valores mobiliários da Corretora são classificados nas categorias “títulos para negociação” e “títulos mantidos até o vencimento”.

Os títulos classificados na categoria de “títulos para negociação” são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e avaliados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do semestre/exercício, sendo classificados no Ativo Circulante, independente do seu vencimento.

As debêntures classificadas na categoria “títulos mantidos até o vencimento” são aquelas para as quais a Administração tem intenção e capacidade financeira de mantê-las até o vencimento. Esses títulos são registrados pelo seu valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos. O ágio e deságio, quando aplicável, são apropriados ao resultado em função dos prazos de vigência dos títulos.

As debêntures são atualizadas com base no lucro auferido pela empresa desde a data do investimento nas debêntures até a data de vencimento, na proporção de 51% para os debenturistas e 49% para os acionistas da empresa.

**e) Instrumentos financeiros derivativos**

De acordo com a Circular n.º 3.082/02 do BACEN, e a Carta-Circular n.º 3.026/02, os instrumentos financeiros derivativos compostos pelas operações de futuros e swaps são contabilizados segundo os seguintes critérios:

- Operações de futuros: os valores dos ajustes diários são contabilizados em conta de ativo ou passivo, de acordo com a natureza do saldo, e apropriados mensalmente no resultado do exercício;
- Operações de swaps: os valores relativos ao diferencial a receber ou a pagar são contabilizados em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriado como receita ou despesa “pró-rata” dia até a data das demonstrações financeiras;

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelos seus valores de mercado e a valorização ou desvalorização reconhecida no resultado do exercício.

Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos (“hedge”) podem ser classificados como:

I - “hedge” de risco de mercado; e

II - “hedge” de fluxo de caixa.

Os instrumentos financeiros derivativos destinados a “hedge” e os respectivos objetos de “hedge” são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte: (1) para aqueles classificados na categoria I, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do exercício; e (2) para aqueles classificados na categoria II, a valorização ou desvalorização é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários.

**f) Negociação e intermediação de valores**

Demonstradas pelo valor de operações de compra e venda de ações e ativos financeiros realizadas nas bolsas de valores e de futuros, por conta própria e de clientes, pendentes de liquidação dentro do prazo regulamentar.

**g) Outros valores e bens**

São compostos por valores pagos antecipadamente, conforme previsão contratual e sua amortização é apropriada pelo seu prazo de vigência. A amortização destes contratos ocorre até 12 meses.

**h) Investimentos**

Os investimentos estão registrados ao custo, deduzidos de provisão para perdas quando aplicável.

**i) Imobilizado e intangível**

Demonstrados ao custo de aquisição ou formação, líquido das respectivas depreciações ou amortizações acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear, utilizando-se taxas que levam em conta a vida útil estimada dos bens, ou seja, 10% a.a. para móveis e equipamentos e 20% a.a. para sistemas de processamento de dados.

O intangível é composto por licenças de uso de software e desenvolvimento de plataformas tecnológicas.

O ágio com fundamento na previsão de resultados futuros é amortizado em consonância com os prazos de projeções que o justificaram.

**j) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias**

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09.

- **Ativos contingentes** - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabe mais nenhum recurso;
- **Provisões para riscos** - são avaliados por assessores jurídicos e pela Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa que possa gerar uma saída de recursos que seja mensurável com suficiente segurança. São constituídas provisões para os processos classificados como perdas prováveis pelos assessores jurídicos e divulgados em notas explicativas;
- **Passivos contingentes** - são incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não são, portanto, provisionados, mas divulgados se classificados como perda possível, e não provisionados nem divulgados se classificados como perda remota;
- **Obrigações legais: Fiscais e Previdenciárias** - referem-se a demandas judiciais em que estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, provisionado e atualizado mensalmente; e
- **Contrato Oneroso** - é um contrato no qual, apesar de ainda não concluído, ou até mesmo iniciado, já apresenta prejuízo decorrente da existência de custos inevitáveis que excedem os benefícios econômicos esperados do contrato.

#### k) **Redução ao valor de recuperação**

O CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos estabelece a necessidade de as entidades efetuarem uma análise periódica para verificar o grau de valor recuperável das despesas antecipadas e dos ativos imobilizado, diferido e intangível.

A redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros “*impairment*” é reconhecida como perda quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxo de caixa substancial, independentemente de outros ativos ou grupos de ativos. As perdas por “*impairment*”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Os valores dos ativos não financeiros são objeto de revisão periódica, no mínimo, anual, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização desses ativos.

#### l) **Imposto de renda e contribuição social corrente**

O imposto de renda é calculado pela alíquota de 15%, com um adicional de 10% sobre o lucro tributável que exceder a R\$ 240 no exercício, ajustados pelas adições e exclusões previstas na legislação. A provisão para contribuição social foi constituída à alíquota de 15% do lucro antes dos impostos até 31 de agosto de 2015. A partir do mês de setembro de 2015, conforme lei nº 13.169/15, a alíquota da contribuição social passou para 20% do lucro antes dos impostos para o período base compreendido entre 1º de setembro a 31 de dezembro de 2018.

**m) Uso de estimativas**

Estas demonstrações financeiras incluem estimativas que foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação a valores de mercado de títulos e valores mobiliários, a provisão para créditos de liquidação duvidosa e a provisão para riscos contingentes. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes, em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

**4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Disponibilidades	211	342
Aplicações em depósitos interfinanceiros	<u>1.199</u>	<u>3.892</u>
<b>Total</b>	<b><u>1.410</u></b>	<b><u>4.234</u></b>

**5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ**

	<u>2016</u>		<u>2015</u>	
	<u>Até 3 meses</u>	<u>Total</u>	<u>Até 3 meses</u>	<u>Total</u>
Aplicações em depósitos interfinanceiros	<u>1.199</u>	<u>1.199</u>	<u>3.892</u>	<u>3.892</u>
<b>Total</b>	<b><u>1.199</u></b>	<b><u>1.199</u></b>	<b><u>3.892</u></b>	<b><u>3.892</u></b>

**6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS****a) Títulos e valores mobiliários**

	<u>2016</u>		<u>2015</u>	
	<u>Valor de custo</u>	<u>Valor de mercado</u>	<u>Valor de custo</u>	<u>Valor de mercado</u>
<b>Títulos para negociação:</b>				
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	<u>2.874</u>	<u>2.870</u>	<u>4.799</u>	<u>4.798</u>
<b>Total de títulos para negociação</b>	<b><u>2.874</u></b>	<b><u>2.870</u></b>	<b><u>4.799</u></b>	<b><u>4.798</u></b>
<b>Títulos mantidos até o vencimento:</b>				
Debentures *	<u>17.044</u>	<u>-</u>	<u>8.722</u>	<u>-</u>
<b>Total de títulos mantidos até o vencimento</b>	<b><u>17.044</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>8.722</u></b>	<b><u>-</u></b>
<b>Total de títulos e valores mobiliários</b>	<b><u>19.918</u></b>	<b><u>2.870</u></b>	<b><u>13.521</u></b>	<b><u>4.798</u></b>

\* Refere-se às debêntures emitidas pela FlaFlu Participações S.A., dentro do contexto de aquisição dos direitos da Rico, conforme mencionado na nota explicativa nº 1. Essas debêntures são remuneradas com base no lucro auferido pela empresa desde a data do investimento nas debêntures até a data de vencimento, na proporção de 51% para os debenturistas e 49% para os acionistas da empresa

**b) Composição por prazo de vencimento**

	2016		2015	
	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de custo	Valor de mercado
<b>Títulos para negociação</b>				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT				
De 3 a 5 anos	2.874	2.870	4.799	4.798
<b>Total de títulos para negociação</b>	<b>2.874</b>	<b>2.870</b>	<b>4.799</b>	<b>4.798</b>
<b>Títulos mantidos até o vencimento:</b>				
Debentures				
Acima de 5 anos	17.044	-	8.722	-
<b>Total de Títulos mantidos até o vencimento</b>	<b>17.044</b>	<b>-</b>	<b>8.722</b>	<b>-</b>
Circulante	2.874	2.870	4.799	4.798
Realizável a longo prazo	17.044	-	8.722	-
<b>Total de títulos e valores mobiliários</b>	<b>19.918</b>	<b>2.870</b>	<b>13.521</b>	<b>4.798</b>

Os títulos classificados na categoria “negociação” estão apresentados no ativo circulante independente de seu vencimento.

Os títulos e valores mobiliários encontram-se custodiados, conforme o caso, no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC e na CETIP S.A - Mercados Organizados.

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é calculado através dos preços de referência de mercado, tais como Anbima e BM&FBOVESPA.

**7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS**

- i. **Política de utilização:** A Corretora utiliza instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais e de compensação, com o propósito de atender às necessidades de gerenciamento de riscos de mercado.
- ii. **Gerenciamento:** O gerenciamento das operações com esses instrumentos financeiros derivativos é efetuado com base nas posições consolidadas por taxas de juros locais, índice de inflação e Dólar.
- iii. **Crítérios de avaliação e mensuração, métodos e premissas utilizados na apuração do valor de mercado:** Para a apuração do valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos, a Corretora utiliza as taxas referenciais de mercado divulgadas principalmente pela BM&FBOVESPA. Os instrumentos financeiros derivativos são segregados nas categorias indexador, contraparte, local de negociação, valores de referência, faixas de vencimento e os valores de mercado.

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, as posições dos instrumentos financeiros derivativos são as seguintes:

## a) Valores a receber e a pagar:

	2016	2015
	<u>Valor de mercado</u>	<u>Valor de mercado</u>
Swap - diferencial a receber	-	507
Futuros - valores a receber	6	-
Futuros - valores a pagar	(531)	-
<b>Total</b>	<b><u>(525)</u></b>	<b><u>507</u></b>

## b) Composição por indexador:

	2016			2015		
	<u>Valor a receber</u>	<u>Valor a pagar</u>	<u>Valor de referência</u>	<u>Valor a receber</u>	<u>Valor a pagar</u>	<u>Valor de referência</u>
Operações de Swap						
<b>Posição ativa</b>	-	-	-	<b>507</b>	-	<b>22.388</b>
DOL x DI	-	-	-	507	-	22.388
Operações de Futuros						
<b>Posição comprada</b>	-	(531)	51.060	-	-	-
DDI	-	(531)	51.060	-	-	-
<b>Posição vendida</b>	6	-	815	-	-	-
DOL	6	-	815	-	-	-
<b>Total</b>	<b><u>6</u></b>	<b><u>(531)</u></b>	<b><u>51.875</u></b>	<b><u>507</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>22.388</u></b>

## c) Composição do valor de referência por vencimento:

	2016		2015	
	<u>Até 1 ano</u>	<u>Total</u>	<u>Até 1 ano</u>	<u>Total</u>
Swap - posição ativa	-	-	22.388	22.388
Futuro - posição ativa	815	815	-	-
Futuro - posição passiva	51.060	51.060	-	-
<b>Total</b>	<b><u>51.875</u></b>	<b><u>51.875</u></b>	<b><u>22.388</u></b>	<b><u>22.388</u></b>

## d) Valor de referência por local de negociação:

	2016	2015
	<u>Bolsa BM&amp;Fbovespa</u>	<u>Bolsa BM&amp;Fbovespa</u>
Operações de swap	-	22.388
Operações de futuro	51.875	-
<b>Total</b>	<b><u>51.875</u></b>	<b><u>22.388</u></b>

**e) Resultado com instrumentos financeiros derivativos:**

Informamos a seguir os ganhos e as perdas (realizados ou não) que impactaram os resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 e semestre findo em 31 de dezembro de 2016. Tais ganhos e perdas estão sendo apresentados líquidos do resultado gerado pelos derivativos utilizados como instrumento de Hedge de risco de mercado.

	2016			2015		
	<u>Ganho</u>	<u>Perda</u>	<u>Líquido</u>	<u>Ganho</u>	<u>Perda</u>	<u>Líquido</u>
Swap	-	-	-	34.070	(13.402)	20.669
Futuros	47.573	(52.406)	(4.833)	-	-	-
<b>Total</b>	<b>47.573</b>	<b>(52.406)</b>	<b>(4.833)</b>	<b>34.070</b>	<b>(13.402)</b>	<b>20.669</b>

**f) Derivativos utilizados como instrumentos de “Hedge”**

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, as estruturas de “hedge de risco de mercado” são compostas por contratos futuros, com valor de referência atualizado de R\$ 51.060 e vencimentos que variam de janeiro de 2017 a julho de 2017.

O valor de mercado das captações no exterior é de R\$ 50.610 e está classificado como objeto de “hedge de risco de mercado”. O ajuste a mercado que foi reconhecido no resultado como despesa é de R\$ 180.

A efetividade das estruturas do “hedge de risco de mercado” é medida mensalmente por intermédio do resultado financeiro, oriundo do valor de mercado dos derivativos designados para “hedge” e do instrumento objeto de “hedge”.

A efetividade apurada para a carteira de “hedge” em 31 de Dezembro de 2016 está em conformidade com o padrão estabelecido pelo BACEN e não foi identificada nenhuma parcela inefetiva a ser registrada contabilmente durante o período.

As operações acima não representam a exposição global da CGD aos riscos de mercado, de moeda e de taxas de juros, por contemplarem apenas os instrumentos financeiros derivativos destinados a “hedge”.

**8. OUTROS CRÉDITOS - NEGOCIAÇÃO E INTERMEDIÇÃO DE VALORES**

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Devedores - Conta Liquidações Pendentes	388	388
<b>Total</b>	<b>388</b>	<b>388</b>

## 9. OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Impostos e contribuições a compensar	1.802	1.802
Devedores por depósitos em garantia (a)	52.100	25.493
Escrow account (b)	545	545
Devedores por depósitos em garantia arbitragem (c)	20.003	-
Outros	<u>238</u>	<u>235</u>
<b>Total</b>	<b><u>74.688</u></b>	<b><u>28.075</u></b>
Circulante	20.786	780
Realizável a longo prazo	53.902	27.295

- (a) Referem-se, principalmente, a depósitos judiciais relacionados à discussão no tocante ao PIS/COFINS no montante de R\$ 29.593, lei 9.718/98 e IR/CSLL desmutualização da Bolsa no montante de R\$ 21.327 (nota 17a).
- (b) Referem-se a reembolsos relacionados a processos trabalhistas e cíveis classificados como probabilidade de perda provável e que estão cobertos por uma conta Escrow junto ao Deutsche Bank.
- (c) Refere-se recursos levantados inicialmente pela Corretora a título de reembolso e depositados em garantia em função da discussão em câmara de arbitragem, conforme mencionado nas notas explicativas nº 15, nota de rodapé “b”, e nº 28.

## 10. OUTROS VALORES E BENS

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Prêmios de seguro a apropriar	89	73
Antecipação comissões de carta de fiança a apropriar	18	-
Manutenção de sistemas	6	34
Outras	<u>-</u>	<u>2</u>
<b>Total</b>	<b><u>113</u></b>	<b><u>109</u></b>
Circulante	113	109

## 11. IMOBILIZADO

	Taxa anual depreciação	2016				2015
		Custo	Depreciação acumulada	Impairment	Valor líquido	Valor líquido
Comunicação	10%	8	(7)	(1)	-	-
Processamento de dados	20%	857	(853)	(4)	-	-
Veículos	20%	-	-	-	-	33
<b>Total</b>		<b><u>865</u></b>	<b><u>(860)</u></b>	<b><u>(5)</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>33</u></b>

## 12. INTANGÍVEL

### a) Softwares

	Taxa anual amortização	2016				2015
		Custo	Amortização acumulada	Impairment	Valor líquido	Valor líquido
Softwares	20%	5.176	(2.589)	(355)	2.232	2.818

Os softwares estão relacionados ao contrato de investimento que prevê a transferência para Rico CTVM na forma de aumento de capital social, conforme mencionada nota 1.

### b) Ágios advindos da incorporação

A seguir demonstramos a composição dos ágios registrados na Corretora, conforme nota explicativa nº 2.

	2016				2015			
	Custo	provisão	Amortização	Valor líquido	Custo	provisão	Amortização	Valor líquido
Ágio sistemas/software	700	(117)	(583)	-	700	(257)	(443)	-
Ágio licença	1.800	(300)	(1.500)	-	1.800	(660)	(1.140)	-
Ágio rentabilidade futura	79.474	(46.360)	(33.114)	-	79.474	(54.307)	(25.167)	-
<b>Total</b>	<b>81.974</b>	<b>(46.777)</b>	<b>(35.197)</b>	<b>-</b>	<b>81.974</b>	<b>(55.224)</b>	<b>(26.750)</b>	<b>-</b>

## 13. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS NO EXTERIOR

É representada por recursos captados de banco no exterior no valor principal de R\$ 50.190 (R\$ 22.388 em 2015) incorrendo à variação cambial da respectiva moeda, acrescida de taxa de juros anual (LIBOR) + 1,25% e (LIBOR) + 1,3198% (LIBOR + 1,9125% em 2015) ao ano, com vencimentos entre março de 2017 a junho de 2017, apresentando saldo de R\$ 50.610 (R\$ 23.626 em 2015) e receita de R\$ 3.359 em 2016 e despesa R\$ 22.477 em 2015.

## 14. OUTRAS OBRIGAÇÕES - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

	2016	2015
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar (a)	-	1.060
Impostos e contribuições a recolher	175	267
Provisão para riscos fiscais (vide nota 17.a)	20.119	18.530
<b>Total</b>	<b>20.294</b>	<b>19.857</b>
Circulante	175	1.327
Exigível a longo prazo	20.119	18.530

- (a) Refere-se à obrigação legal de auto de infração sobre imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido do ano base de 2008, da qual, através de acordo, a Corretora pagava de forma parcelada. A opção pelo parcelamento dos impostos e contribuições sobre lucros a pagar foi efetivada em janeiro de 2012, com o valor total de R\$ 3.840, dividido em 60 parcelas de R\$ 64, atualizadas mensalmente pela taxa de juros Selic.

## 15. OUTRAS OBRIGAÇÕES - NEGOCIAÇÃO E INTERMEDIACÃO DE VALORES

	2016	2015
Credores - Conta Liquidações Pendentes	1.995	1.817
<b>Total</b>	<b>1.995</b>	<b>1.817</b>

**16. OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS**

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Provisão para riscos cíveis e trabalhistas (a)	776	921
Provisão para despesas de pessoal	68	220
Fornecedores a pagar	96	214
Outras (b)	<u>20.784</u>	<u>375</u>
<b>Total</b>	<b><u>21.724</u></b>	<b><u>1.730</u></b>
Circulante	20.948	810
Exigível a longo prazo	776	920

- (a) Refere-se, principalmente, a ações trabalhistas de ex-funcionários da Corretora que estão sendo discutidos na esfera judicial e que o assessor jurídico julga como “provável” a perda (nota 17a).
- (b) Refere-se a recursos de ex-controladores levantados pela Corretora para cobrir eventuais perdas decorrentes de processos administrativos mencionados na nota explicativa 17c no montante de R\$ 20.202. Apesar de tais processos administrativos terem as chances de perda classificadas como “possível”, a Corretora foi requerida a realizar depósitos administrativos, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 9, nota de rodapé (a) e, em função dessa perda de liquidez, conseguiu levantar os recursos dos ex-controladores que estavam em custódia de Banco depositário. Em 31 de dezembro de 2016, os ex-controladores estavam questionando em câmara de arbitragem o levantamento desses recursos pela Corretora, os quais, conforme mencionado na nota explicativa nº 9, nota de rodapé “c”, foram depositados pela Corretora em garantia até o termino da arbitragem. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 28, em 2017 a Corretora e seus ex- controladores entraram em acordo.

**17. PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS, TRABALHISTAS E OBRIGAÇÕES LEGAIS****a) Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas:**

<b>Descrição</b>	<b>2016</b>		<b>2015</b>	
	<b>Provisão</b>	<b>Depósitos judiciais</b>	<b>Provisão</b>	<b>Depósitos judiciais</b>
Provisões fiscais (a):				
PIS	2.813	6.346	2.591	3.440
COFINS	17.306	23.248	15.939	21.169
IR/CSLL Desmutualização	-	21.327	-	-
<b>Provisões para riscos fiscais:</b>	<b>20.119</b>	<b>50.921</b>	<b>18.530</b>	<b>24.609</b>
<b>Provisões para riscos cíveis:</b>	<b>0</b>	<b>20.096</b>	<b>24</b>	<b>73</b>
<b>Provisões para riscos trabalhistas:</b>	<b>776</b>	<b>1.086</b>	<b>897</b>	<b>811</b>
<b>Total</b>	<b><u>20.895</u></b>	<b><u>72.103</u></b>	<b><u>19.451</u></b>	<b><u>25.493</u></b>

- (a) Refere-se à discussão no tocante ao PIS/COFINS, lei 9.718/98, onde questiona a legalidade, incidência e constitucionalidade do tributo. Na análise de nossos assessores jurídicos, julga como possível as chances de êxito.

**b) Movimentação das provisões para riscos:**

	<u>Fiscais</u>	<u>Trabalhistas</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Total</u>
<b>Saldo em 31/12/2014</b>	<b>17.048</b>	<b>891</b>	<b>24</b>	<b>17.963</b>
Constituição	1.482	317	-	1.799
Baixas	-	(311)	-	(311)
<b>Saldo em 31/12/2015</b>	<b>18.530</b>	<b>897</b>	<b>24</b>	<b>19.451</b>
	<u>Fiscais</u>	<u>Trabalhistas</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Total</u>
<b>Saldo em 31/12/2015</b>	<b>18.530</b>	<b>897</b>	<b>24</b>	<b>19.451</b>
Constituição	1.589	79	-	1.668
Baixas	-	(200)	(24)	(224)
<b>Saldo em 31/12/2016</b>	<b>20.119</b>	<b>776</b>	<b>-</b>	<b>20.895</b>

No tocante aos processos que os assessores jurídicos da Corretora julgam como “possível” existem “procedimentos administrativos” (“autos de infrações”) relativos à cobrança de Imposto de Renda, Contribuição Social, PIS e COFINS sobre a desmutualização dos títulos patrimoniais das bolsas que montam R\$ 36.777 (R\$ 35.239 em 2015). Em caso de perda, os valores devidos estão garantidos pelos antigos Controladores. Em outubro de 2016, a Corretora foi requerida a realizar depósitos administrativos para continuar discutindo o tema.

**18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

Nos exercícios foram apurados prejuízo fiscal de IRPJ e base negativa de CSLL, conforme demonstrados abaixo:

	<b>2016</b>		<b>2015</b>	
	<b>IRPJ</b>	<b>CSLL</b>	<b>IRPJ</b>	<b>CSLL</b>
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações</b>	<b>943</b>	<b>943</b>	<b>(11.709)</b>	<b>(11.709)</b>
<b>Expectativa de crédito de imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes</b>	<b>(236)</b>	<b>(189)</b>	<b>2.927</b>	<b>2.342</b>
<b>Efeitos tributários sobre (adições) / exclusões permanentes:</b>	<b>(334)</b>	<b>(267)</b>	<b>328</b>	<b>262</b>
Despesas com Gratificações e Benefícios	(65)	(52)	(189)	(151)
Juros Thin Cap	(297)	(237)	(330)	(264)
Outras Despesas indedutíveis / outras receitas não tributáveis	28	22	847	677
<b>Efeitos tributários sobre (adições) / exclusões temporárias:</b>	<b>933</b>	<b>745</b>	<b>1.876</b>	<b>1.500</b>
Provisão para contingência fiscal	(397)	(318)	(370)	(296)
MTM TVM e DERIVATIVOS	(638)	(511)	224	179
Provisão Ágio Incorporação PINF	2.112	1.689	2.112	1.689
Outros	(144)	(115)	(90)	(72)
<b>Total</b>	<b>363</b>	<b>289</b>	<b>5.131</b>	<b>4.104</b>
<b>Prejuízo Fiscal / Base Negativa da CSLL Não Constituído</b>	<b>(363)</b>	<b>(289)</b>	<b>(5.131)</b>	<b>(4.104)</b>
<b>Ativo Fiscal Diferido</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

A CGD Investimentos possui créditos tributários não contabilizados. Os benefícios do imposto de renda e da contribuição social serão reconhecidos quando efetivamente realizados ou quando as perspectivas para sua recuperação se tornarem factíveis, de acordo com as regras estabelecidas na Resolução CMN nº 3.059/02.

	2016			2015		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Prejuízos Fiscais de Imposto de Renda e Base Negativa da CSLL	25.899	20.720	46.619	25.537	20.430	45.967
Provisão sobre Ágio Goodwill	11.590	9.272	20.862	13.577	10.861	24.438
Provisão sobre demais Ágios	104	83	187	229	183	412
Provisão para Contingências Fiscais	5.030	4.024	9.054	4.632	3.706	8.338
Outras Provisões Temporárias	1.344	1.075	2.419	562	450	1.012
<b>Total de Créditos Tributários Não Contabilizados</b>	<b>43.967</b>	<b>35.174</b>	<b>79.141</b>	<b>44.537</b>	<b>35.630</b>	<b>80.167</b>

## 19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2016, o capital social subscrito e integralizado, está representado por 27.977.048 ações, sem valor nominal sendo 13.988.524 ordinárias e 13.988.524 ações preferenciais dividido em partes iguais para o Caixa - Banco de Investimento S.A e Banco Caixa Geral - Brasil S.A.

### b) Destinações do lucro líquido

O estatuto assegura aos acionistas um dividendo mínimo correspondente a 10% do lucro líquido do exercício, ajustados nos termos da legislação societária.

### c) Reserva de lucro

A reserva de lucros é constituída em cumprimento das exigências estabelecidas na legislação e conforme previsto na Resolução CMN 3.605/08.

## 20. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Corretora realiza operações com partes relacionadas e suas informações são divulgadas em atendimento à Resolução CMN nº 3.750/09, observado o Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) - Divulgação de Partes Relacionadas, aprovado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, considerando-se ausência de risco, conforme abaixo:

	Grau de relação	2016		2015	
		Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)
<b>Disponibilidades</b>					
Banco Caixa Geral - Brasil S.A.	Controladora	184	-	184	-
<b>Aplicações interfinanceiras de liquidez</b>					
Banco Caixa Geral - Brasil S.A.	Controladora	1.199	578	3.892	1.679
<b>Obrigações por empréstimos</b>					
Banco Nacional Ultramarino, S.A.	Outras partes relacionadas	(50.610)	3.196	(23.626)	(22.477)

O pessoal chave da Administração, composto por seu corpo diretivo, obteve remuneração no exercício no montante de R\$ 453 (R\$ 674 em 2015) caracterizada como benefício de curto prazo. A Corretora não possui outros benefícios.

## 21. GERENCIAMENTO DE RISCOS - ACORDO DA BASILÉIA

A Corretora adotou estrutura voltada para o gerenciamento e mitigação dos riscos inerentes das operações intermediadas. Esta estrutura visa assegurar que as políticas e os procedimentos estão sendo seguidos. Uma descrição mais detalhada da estrutura de riscos está disponível no site [www.bcgbrasil.com.br/Divulgacao-informacoes/Gestao-Risco](http://www.bcgbrasil.com.br/Divulgacao-informacoes/Gestao-Risco).

Conforme previsto na Resolução CMN nº 3.490/07, a apuração do Patrimônio de Referência Exigido - PRE para integrantes de conglomerado financeiro deve ser calculado de forma consolidada. Desta forma, a apuração do índice da Basileia da CGD Investimentos Corretora de Valores e Câmbio S.A apresentado pelo Conglomerado da CGD em 31 de dezembro de 2016 é de 21,78% (17% em 2015).

## 22. RESULTADO DE OPERAÇÕES COM TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2016	2015
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	578	1.679
Resultado com títulos de renda fixa	10.428	4.284
Ajustes ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários	(42)	18
<b>Total</b>	<b>10.964</b>	<b>5.981</b>

## 23. RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	2016	2015
Corretagem de operações em Bolsas	-	115
Comissão de colocação de títulos	-	60
Rendas de administração de fundos e clubes de investimentos	2	110
Outras	-	273
<b>Total</b>	<b>2</b>	<b>558</b>

**24. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS**

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Comunicação	(110)	(2.050)
Processamento de dados	(534)	(1.462)
Serviços do sistema financeiro	(129)	(618)
Manutenção e conservação de bens	-	(253)
Serviços técnicos especializados	(1.480)	(480)
Aluguel, água, energia e gás	(101)	(1.511)
Serviço de terceiros	(95)	(603)
Depreciação e amortização	(9.073)	(10.154)
Publicações	(107)	(85)
Viagens	(2)	(126)
Transportes	(3)	(50)
Seguros	(83)	(130)
Propaganda, publicidade e relações públicas	(6)	(77)
Outras	(566)	(541)
<b>Total</b>	<b><u>(12.289)</u></b>	<b><u>(18.140)</u></b>

**25. DESPESAS TRIBUTÁRIAS**

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
COFINS	(475)	(255)
ISS	-	(25)
PIS	(77)	(42)
Tributos municipais	(42)	(44)
Outras	(42)	(28)
<b>Total</b>	<b><u>(636)</u></b>	<b><u>(394)</u></b>

**26. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS**

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Recuperação de encargos e despesas	-	22
Atualização de impostos	2.417	2.293
Acordo judicial	1.300	-
Reversão de provisões operacionais	-	4.007
Reversão de provisão para realização ágio	8.447	8.447
Outros	148	125
<b>Total</b>	<b><u>12.312</u></b>	<b><u>14.894</u></b>

**27. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS**

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Atualização de impostos	(56)	(144)
Contingencias fiscais	(1.589)	(1.482)
Contingencias trabalhista	(79)	(317)
Ressarcimento despesa Caixa BI	-	(1.518)
Despesas indedutíveis	-	(456)
Outras despesas	<u>(756)</u>	<u>(1.418)</u>
<b>Total</b>	<b><u>(2.480)</u></b>	<b><u>(5.335)</u></b>

**28. EVENTO SUBSEQUENTE**

Em janeiro de 2017, o Banif Banco Investimento (Brasil) S. A. propôs um acordo para a CGD Investimentos com o objetivo de encerrar o processo de arbitragem, que foi prontamente aceito pela Corretora. Neste acordo, a Corretora recebeu o montante de R\$ 20.584 e assumiu a responsabilidade pelas contingências que anteriormente estavam previstas no contrato de compra e venda celebrado com o Banif na data de 06 de junho de 2010 e cobertos por “escrow account”.

Em 06 janeiro de 2017, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE aprovou a venda para a XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. da participação da CGD Investimentos na Rico Corretora de Títulos e Valores Mobiliários.